

Programa Horta Educativa: reflexões sobre a experiência de implementação em Limeira, SP

Luana Cristina Zambelli

Mestre em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade de Ciências Aplicadas, FCA, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp

✉ zambelliluana@gmail.com

Natália Pereira Silva

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição e do Esporte e Metabolismo, PPG-CNEM, Faculdade de Ciências Aplicadas, FCA, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp

✉ natalia.pereira.s014@gmail.com

Julicristie Machado de Oliveira

Doutora em Nutrição em Saúde Pública. Professora Doutora da Faculdade de Ciências Aplicadas, FCA, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp

✉ julicr@unicamp.br

Recebido em 5 de junho de 2021

Aceito em 22 de novembro de 2022

Resumo:

Educar no campo da alimentação requer abordagens que incorporem sua complexidade e promova a compreensão das suas diversas dimensões. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar o Programa Horta Educativa, enquanto experiência nesse campo, considerando sua implementação no município de Limeira, SP. Foi realizado um estudo de caso embasado metodologicamente pela pesquisa documental e análise de conteúdo dos relatórios elaborados por seis escolas nos anos de 2016 e 2017, e por 23 escolas no ano de 2018, bem como pelas referências de Educação Ambiental e Educação Alimentar e Nutricional. A partir da análise, verifica-se que as atividades relatadas abordam a alimentação e o meio ambiente enquanto dimensão biológica, a partir de ações de transmissão de informações e a horta é considerada um instrumento de produção de alimentos. Sendo assim, infere-se que há o predomínio de uma abordagem reducionista e fragmentada de alimentação, a qual não compreende a complexidade e multidimensionalidade pertinentes. Portanto, os resultados obtidos suscitam que as atividades realizadas contradizem os princípios para ações de Educação Ambiental, Educação Alimentar e Nutricional e as perspectivas necessárias para abordar a alimentação e a nutrição.

Palavras-chave: Alimentação, Educação, Política Pública.

Programa Horta Educativa: reflections on an implementation in Limeira, SP

Abstract:

Educating in the field of food requires approaches that incorporate its complexity and promote understanding of its various dimensions. In this context, the present study aims to analyse the Programa Horta Educativa, as an experience in this field, considering its implementation in the municipality of Limeira, SP. A methodological-based case study was carried out based on documentary research and content analysis of the reports prepared by six schools in the years 2016 and 2017, and

by 23 schools in the year 2018, as well as by the references of Environmental Education and Food and Nutrition Education. From the analysis, it appears that the reported activities address food and the environment as a biological dimension, based on actions for transmitting information and the vegetable garden is considered a food production instrument. Thus, it appears that there is a predominance of a reductionist and fragmented approach to food, which does not understand the relevant complexity and multidimensionality. Therefore, the results obtained suggest that the activities carried out contradict the principles for Environmental Education, Food and Nutrition Education actions and the necessary perspectives to address food and nutrition.

Keywords: Food, Education, Public Policy.

Programa Horta Educativa: reflexiones sobre una experiencia de implementación en Limeira, SP

Resumen:

Educar en el campo de la alimentación requiere enfoques que incorporen su complejidad y promuevan la comprensión de sus diversas dimensiones. En este contexto, el presente estudio tiene como objetivo analizar el Programa Horta Educativa, como una experiencia en este campo, considerando su implementación en el municipio de Limeira, SP. Se realizó un estudio de caso de base metodológica a partir de la investigación documental y análisis de contenido de los informes elaborados por seis escuelas en los años 2016 y 2017, y por 23 escuelas en el año 2018, así como por las referencias de Educación Ambiental y Educación Alimentaria y Nutricional. Del análisis se desprende que las actividades reportadas abordan la alimentación y el medio ambiente como una dimensión biológica, a partir de acciones de transmisión de información y la huerta es considerada un instrumento de producción de alimentos. Así, parece que hay un predominio de un enfoque reduccionista y fragmentado de la alimentación, que no comprende la complejidad y multidimensionalidad relevantes. Por tanto, los resultados obtenidos sugieren que las actividades realizadas contradicen los principios de las acciones de Educación Ambiental, Educación Alimentaria y Nutricional y las perspectivas necesarias para abordar la alimentación y la nutrición.

Palabras clave: Alimentación, Educación, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Educar no campo da alimentação, cujo estudo atravessa diversas áreas de conhecimento por ser um objeto complexo com várias implicações (DIEZ-GARCIA, 2017), não é o mesmo que ensinar uma matéria, um assunto ou um conteúdo, pois há singularidades (BOOG, 2017a). É preciso desenvolver capacidades de lidar com diversas sensações que extrapolam o saber. Para tanto, Boog (2017a) realça a importância da compreensão das interfaces da alimentação, situando-as na realidade em que o sujeito está inserido, problematizando-as em relação às escolhas, à sustentabilidade e ao entendimento como direito humano.

É nessa perspectiva que a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), inserida no âmbito das políticas públicas, tanto no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) quanto

da Promoção da Saúde, propõe o uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores, que incitam a compreensão para além dos aspectos nutricionais. A abrangência se concretiza quando, além do alimento, são valorizados o ato de comer e as demais etapas do sistema alimentar, o que requer rigor metodológico para evitar a propagação de abordagens reducionistas e de práticas prescritivas (BRASIL, 2012).

A abordagem reducionista não compreende a multidimensionalidade e a rede de interfaces do fenômeno da alimentação, que são, inclusive, expressas na definição de alimentação adequada e saudável. Definição essa que, de acordo com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2013), é uma prática apropriada tanto aos aspectos biológicos e socioculturais da alimentação, quanto ao uso sustentável dos recursos ambientais.

Tendo em vista que os problemas alimentares atuais excedem os aspectos nutricionais e estão relacionados também às consequências ambientais dos sistemas de produção de alimentos (DIEZ-GARCIA, 2017), o educar no campo da alimentação deve assegurar o compromisso com a sustentabilidade. É preciso, para além da promoção da alimentação saudável, problematizar o atual padrão alimentar e promover a compreensão dos impactos ambientais inerentes (BOOG, 2017a).

Então, é fundamental a articulação de diferentes setores, como a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), saúde, movimentos sociais e ambientais, que buscam transformações no modelo de desenvolvimento vigente e nos padrões de consumo (CASTRO et al, 2017). Todavia, a desconexão da temática ambiental em relação aos demais problemas cotidianos, como os inerentes à alimentação (NOVICKI & SOUZA, 2010), pode dificultar a compreensão da problemática e, portanto, a efetividade do enfrentamento.

Esses aspectos são fundamentais no âmbito das ações educativas e das políticas públicas no campo da alimentação, como o Programa Horta Educativa (PHE). Essa política foi instituída em 2012 pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e formulada a partir das problemáticas da obesidade, das doenças associadas a práticas alimentares, da necessidade integrar a prevenção e preservação da saúde com a educação infantil, o meio ambiente e a implementação de hortas (SÃO PAULO, 2012).

Assim, o objetivo deste estudo foi analisar o PHE, enquanto experiência no campo da Alimentação e Nutrição, considerando sua implementação no município de Limeira, SP.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso, de caráter qualitativo, embasado metodologicamente pela pesquisa documental e análise de conteúdo, cujas fontes de informações compreendem documentos disponibilizados pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, sobretudo os relatórios de atividades de seis escolas municipais de Limeira, SP, referentes a implementação da política pública nos anos de 2016 e 2017; e de 23 escolas no ano de 2018.

O procedimento metodológico é baseado nas fases de análise de conteúdo, definida por Bardin (2011), e orientada a partir da pergunta: O que as escolas do município de Limeira, SP, participantes descrevem nos relatórios finais de atividades? O objetivo dessa pergunta foi verificar o que as unidades escolares registraram nos relatórios finais de atividades referentes à implementação do PHE. A interpretação da análise foi norteada pelos indicadores, ações e atividades realizadas, obtidos a partir da exploração do material e da identificação das ações realizadas, da unidade de registro e de contexto, e embasada pelo referencial teórico.

Para compreender a implementação da PHE, buscou-se refletir e compreender as ações propostas, realizadas e descritas nos relatórios de agentes executores da política, com base em referenciais teóricos de Educação Ambiental (EA) e Educação Alimentar e Nutricional (EAN), notadamente a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), e o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2012) para políticas públicas, respectivamente.

A EA é considerada um instrumento relevante na formação de capacidade individual e coletiva para o enfrentamento dos problemas socioambientais contemporâneos (BRASIL, 2014). EAN, por sua vez, é uma estratégia crucial para promoção de hábitos alimentares saudáveis consoantes com todas as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012). Nesse contexto, ações integradas de EA e EAN podem constituir numa estratégia perspicaz para superar o reducionismo que as permeiam.

A compartimentalização do conhecimento em disciplinas é criticada no âmbito da EAN (BEZERRA, 2018) e da EA (CARVALHO, 2012), cujas diretrizes consideram que a compreensão e solução de problemas complexos não podem ocorrer a partir do conhecimento de uma única disciplina e ou especialidade. Aspecto corroborado pela consideração dos autores Novicki e Souza (2010) que consideram que o desenvolvimento de ações interdisciplinares, que possibilitem a compreensão sistêmica dos problemas socioambientais e a articulação de diferentes políticas públicas setoriais, podem contribuir para a superação da abordagem reducionista e fragmentada da realidade.

Portanto, para educar no campo da alimentação, a qual não se resume aos nutrientes, e envolve aspectos sociais, culturais, afetivos (BRASIL, 2012), perpassa as dimensões do corpo, psique, mente, sociedade e cultura, é necessário um pensamento multidimensional que aborde essa complexidade (BOOG, 2017b). Por isso, as ações educativas e de EAN não devem ser resumidas nem a tradução de conhecimentos científicos nem ao discurso sobre alimentos, nutrientes e culinária (BOOG, 2017b). Ademais, o processo pedagógico ao abordar as múltiplas dimensões da alimentação possibilita a aproximação com a realidade e necessidades dos sujeitos e, conseqüentemente, o estabelecimento de vínculos (GENTIL et al, 2017).

Então, as ações de EAN requerem rigor metodológico e demandam o diálogo com outras áreas, as quais envolvem “alimentação e nutrição, educação, cultura, história, saber popular, sustentabilidade, gastronomia” (BEZERRA, 2018, p. 22). Trata-se de um campo do conhecimento que se estabelece como gênero de fronteira, como saber e prática que atravessando disciplinas quebra barreiras construídas pela especialização das ciências (BEZERRA, 2018). Além da articulação intra e intersetorial, deve ser realizada em diferentes setores e campos de prática (GENTIL et al, 2017), pois a intersetorialidade abre caminhos para que os esforços quanto à garantia da alimentação adequada e saudável sejam mais efetivos e eficazes (BRASIL, 2012).

De acordo com os princípios de EAN e EA preconizados no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2012) para políticas públicas, e na Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), as ações educativas devem abordar as questões ambientais e as relativas à alimentação como fenômenos complexos, cuja compreensão requer o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Ou seja, educar no

campo da alimentação, mais que transmitir conhecimento, é permitir a compreensão da multidimensionalidade do fenômeno (BRASIL, 2012).

RESULTADOS

O PHE é apresentado como uma proposta que consiste na implantação de hortas educativas em unidades escolares públicas como “instrumento de educação ambiental e alimentar de forma interdisciplinar e vivenciada” e como “instrumento pedagógico para a compreensão da relação meio ambiente e alimentação saudável” (SÃO PAULO, 2013, p. 7), com o objetivo de:

fortalecer o trabalho educacional voltado à formação de valores sociais, culturais e alimentares compatíveis com a preservação da cultura do país, do meio ambiente e da promoção de hábitos alimentares saudáveis (SÃO PAULO, 2013, p. 7).

Considerando que, na fase da implementação, cada executor interpretará a política pública, fará a tradução do sentido e do significado de um texto a partir de seus valores, pois estão inscritos em contextos social, histórico e cultural específicos; e que cada ator da implementação terá uma interpretação diferente de uma mesma norma (DEUBEL, 2006); a análise de conteúdo dos relatórios finais de atividades é bastante interessante para inferir sobre o que os participantes relataram sobre a implementação da política pública em relação às atividades realizadas.

A partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) dos relatórios, o conteúdo foi discriminado em unidades de registro, de contexto e sintetizado de acordo com o quadro 1.

Quadro 1 - Análise de conteúdo dos relatórios finais de atividades do Programa Horta Educativa no município de Limeira, SP.

ATIVIDADE	RELATOS
Cultivo	Ações de: - “acompanhamento das classes quanto aos cuidados com a horta, desde o plantio, colheita e como realizar as manutenções”;

	<ul style="list-style-type: none"> - “os alunos acompanharam o plantio desde a sementeira. Cada sala escolheu os ajudantes da semana, que ficaram responsáveis por molhar e fazer a manutenção das plantações”; - “semeadura, colheita, manutenção (remover matinhos e pragas)”; - “visita à horta semanalmente”; - “plantio de sementes, de mudas, irrigação, remoção de pragas, classificação das espécies, colheita, apreciação”; - “plantio de ervas medicinais, temperos e milho para pipoca”; - “plantio de PANCs”; - “oficinas de manutenção dos canteiros (remover matinhos e pragas)”; - “os estudantes puderam aproveitar e participar das etapas de estudo, preparação, compostagem, semeadura de mudar, plantio de sementes, plantio de mudas em canteiros, cuidados de irrigação e remoção de pragas, desenvolvimento das espécies, análise e classificação das espécies, colheita, apreciação gastronômica, estudo de aplicação gastronômica, estudo de hábitos alimentares e sustentabilidade”.
<p>Visitas técnicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - “visita de técnico agrícola para sanarmos problemas com pragas que surgiram”.
<p>Atividades pedagógicas</p>	<p>Incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Desenvolvemos um trabalho pedagógico em sala de aula com o material recebido”; - O “estudo de hábitos alimentares e sustentabilidade”; - “Realizamos várias ações de contato, cuidado/ manutenção, cultivo e colheita, além de conhecimentos científicos da área”; - “duas perspectivas metodológicas inicialmente por desenvolvimentos de atividades pedagógicas apoiadas também no material de apoio do projeto composto por cartilha e literatura e por estudo de campo desenvolvido em espaço próprio da escola para desenvolvimento de Horta educativa”; - “Oficinas:

	<p>Ciências – propriedades dos alimentos colhidos, pirâmide alimentar, origem, higiene, conservação dos alimentos e estações do ano;</p> <p>Matemática – quantidades, receitas, peso e medida (trabalhados em situações problemas);</p> <p>Língua portuguesa – pesquisa e registro de dados: verduras e hortaliças consumidas pela família e rotina alimentar dos educandos”.</p>
Atividades na cozinha	<p>Atividades de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - “colheita e oferecimento dos alimentos colhidos na merenda”; - Coleta de “verduras colhidas foram levadas para a casa”; - “preparação de sucos e saladas” e a “preparação pelos educandos de cardápios saudáveis”; - “Sempre que fizeram a colheita, foram oferecidos os alimentos às crianças na merenda escolar”; - “Preparação de cardápios saudáveis e enriquecidos da merenda escolar (sucos e saladas – preparação pelos educandos)”.
Reciclagem de resíduos orgânicos	<ul style="list-style-type: none"> - Realização da compostagem de resíduos orgânicos; - “participação da comunidade, através do recolhimento de resíduos para compostagem”; - “Construção do minhocário salientando a importância da minhoca no sistema”.
Ações de comunicação	<p>Incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A “divulgação em jornais da implementação do projeto e das atividades desenvolvidas”; - “exposições para comunidade”; - “apresentação do projeto para os educadores (HTPCs), educandos e famílias/comunidade (reuniões de pais)”. - “através de reuniões de pais” “foram incentivados a utilizar o caderno da família” ; - “entrega do material e apresentação do projeto” “no Dia da Família na Escola” ;

	<ul style="list-style-type: none">- “os funcionários tiveram palestras sobre alimentação saudável em parceria com o Departamento de Recursos Humanos da prefeitura” ; e houve o “acolhimento de visitantes da SME pelos educandos”.
Palestras e orientações sobre alimentação saudável	<ul style="list-style-type: none">- “Os alunos tiveram palestras sobre alimentação saudável em parceria com o Departamento de Merenda escolar e os pais participaram de palestras, também sobre alimentação saudável, em parceria com estudantes de nutrição da Unicamp”;- “conscientização sobre a necessidade de uma alimentação rica em nutrientes”, por meio do “trabalho nas salas com cartazes e atividades voltados para alimentação saudável e receitas para a família fazer em casa”;- “conscientização dos benefícios da alimentação saudável”;- “Foram trabalhados pelos professores das salas cartazes e atividades com foco na alimentação saudável, também com receitas para a família fazer em casa”.

Fonte: Relatórios das escolas que implementaram o Programa Horta Educativa em Limeira, SP. PANCs = plantas alimentícias não convencionais, HTPCs = horas de trabalho pedagógico coletivo, SME = secretária municipal de educação.

DISCUSSÃO

De forma geral, verifica-se que os relatos são semelhantes e, a partir de suas análises, foi possível observar os seguintes aspectos: abordagem reducionista e fragmentada de alimentação, a qual não compreende a complexidade e multidimensionalidade inerente; e ações de produção de alimentos e de transmissão de informações.

A partir da leitura, percebe-se a prevalência de uma visão simplista que aborda aspectos, em geral, de biologia, ecologia e nutrição, voltados aos processos biológicos em relação ao meio ambiente e aos aspectos nutritivos dos alimentos. Essa dissociação é refletida também na maneira como as atividades são propostas, que supõem pouca integração entre áreas do conhecimento. Portanto, não propõe a concepção do meio ambiente e do sistema

alimentar na sua totalidade e integralidade, que aborde para além dos aspectos biológicos e nutricionais, as relações sociais, os aspectos culturais, históricos, econômicos e ambientais sob a perspectiva inter, multi e transdisciplinar.

Nos relatos é notória a perspectiva reduzida da alimentação em sua dimensão biológica, a qual é abordada enquanto preparação de comida saudável rica em nutrientes, reduzindo a alimentação saudável e a comida aos aspectos nutricionais. Consequentemente, não há a compreensão da alimentação considerando o sistema alimentar na sua integralidade e a abordagem interligada das diversas dimensões da alimentação: a do direito humano, a psicoafetiva e sociocultural, a econômica e a ambiental. A dimensão ambiental da alimentação não é evidenciada e a concepção de meio ambiente é reduzida aos aspectos e processos biológicos não englobando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural.

Considerando o incentivo a alimentação que promova a sustentabilidade, essa abordagem reducionista não aborda a compreensão complexa do ambiente, o que segundo Carvalho (2012), educar por meio da “lente naturalista” reduz o meio ambiente à natureza, repassando informações provenientes das ciências naturais, sem integrar essas informações com a complexidade social e ambiental existentes, e, portanto, sem deixar espaços para a construção do conhecimento a partir de interpretações e reflexões críticas do sujeito sobre o mundo. Ao questionar essa visão naturalista, Carvalho (2012) propõe lentes que proporcionem visões orientadas pelo ângulo socioambiental, o qual é necessário para apreender a problemática ambiental e requer, portanto, uma racionalidade complexa e interdisciplinar que pensa o ambiente não como fenômeno estritamente biológico, mas como um campo que integra relações naturais, sociais e culturais.

A partir dos relatos, há a hipótese de que as ações realizadas na horta são supostamente direcionadas às questões biológicas e ambientais, de forma desconectada da alimentação e de suas interfaces. Aspecto identificado também no relato de ações de reciclagem de resíduos orgânicos, no qual é evidenciado apenas o processo biológico da compostagem e a importância da minhoca no sistema.

A política almeja o “incentivo a adoção de hábitos alimentares saudáveis”, porém não aborda nas ações educativas os aspectos necessários para essa prática, sobretudo em relação

a amplitude do conceito de alimentação saudável estabelecida na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2013).

Então, apesar do PHE propor o fortalecimento do trabalho educacional para que sejam promovidos os valores voltados para a preservação cultural, ambiental e para a promoção de hábitos alimentares mais saudáveis, não há evidências de que as ações educativas abordem as questões necessárias. O que se verifica é a promoção da alimentação reduzida aos nutrientes, aos aspectos biológicos, sem abranger suas dimensões sociais, ambientais e culturais.

Partindo das considerações dos autores Iared et al (2011), Coelho e Bógus (2016), as hortas escolares são pertinentes para projetos de EA e EAN, e parecem interessantes enquanto instrumento educativo no campo da alimentação. Entretanto, Iared et al (2011) alerta para o caráter atribuído à horta, ao exemplificar o Projeto Hortas Orgânicas Comunitárias e Pedagógicas, o qual demandou reestruturação para que a horta tivesse caráter de educação e não de produção, adotando, portanto, como referencial os Parâmetros curriculares em âmbito nacional.

Nesse sentido, a partir da análise dos relatórios de atividades do PHE, pressupõe-se que a prevalência de relatos de atividades de cuidados com a horta, como o plantio, manutenção, colheita e visitas técnicas para “solução de problemas com pragas” acentuam o caráter de produção e não de educação da horta. Aspecto esse evidenciado nos relatos que citam o enriquecimento da alimentação escolar, o incentivo ao consumo de hortaliças e a conscientização dos alunos da necessidade de uma alimentação rica em nutrientes, como objetivo principal do programa, contradizendo o próprio escopo da política pública. As dificuldades mencionadas também supõem a priorização do aspecto produtivo e técnico da horta, ao mencionarem que se trata de um trabalho pesado, as dificuldades de germinação de sementes, o excesso de pragas, a qualidade reduzida da terra e da produtividade das hortaliças.

Considerando as ações e estratégias voltadas para a lógica da prevenção e da recuperação da saúde, é crescente a preocupação em relação às bases teórico-metodológicas que conduzem as ações educativas em alimentação e nutrição. Tais bases ainda são alicerçadas no modelo tradicional de transmissão de informações, com o predomínio de

palestras e produções de materiais informativos, sob um enfoque predominantemente biológico das práticas alimentares (SANTOS, 2012).

Esses aspectos também são evidenciados pelos relatos, os quais indicam a realização de palestras e atividades informativas sobre a alimentação saudável, sobretudo em relação à dimensão biológica, através de “trabalho nas salas com cartazes e atividades voltados para alimentação saudável e receitas para a família fazer em casa”; “palestras sobre alimentação saudável”; “conscientização sobre a necessidade de uma alimentação rica em nutrientes” e “conscientização dos benefícios da alimentação saudável”.

Apesar de propor a integração dos diferentes conteúdos curriculares da educação infantil a partir da horticultura, e de relatada a realização de ações que visaram a integração de conteúdos de algumas disciplinas com ações realizadas na horta, essas foram realizadas de forma pontual, pouca integrada e reduzida ao conteúdo disciplinar. É relatado, também, o “estudo de hábitos alimentares e sustentabilidade”, mas não há indícios sobre como essas ações foram realizadas, de quais aspectos foram abordados e de que forma foram propostas.

As ações de transmissão de informações, atreladas a abordagem reducionista de alimentação, tendem a não ser efetivas. Seria prioritário possibilitar, para além da transmissão do conhecimento, biológico e nutricional, reflexões sobre as escolhas alimentares e os aspectos relacionados, permitindo assim que o sujeito compreenda, reconheça as possibilidades e pense nas suas escolhas. É promovendo experiências estimuladoras da decisão (FREIRE, 2013), que o sujeito desenvolve a capacidade de identificar, problematizar questões socioambientais, agir e comprometer-se com a tomada de decisões (CARVALHO, 2012).

A perspectiva de transmitir informação e conscientizar é refletida nos relatos de “ações concretas que propiciem aos alunos um contato direto com o ambiente natural”, tornando-os “ecologicamente instruídos e, portanto, capazes de contribuir para a construção de um futuro sustentável”. Já a abordagem da alimentação é direcionada ao “conhecimento a respeito da importância da boa alimentação para o crescimento saudável, bem como a oportunidade de melhorar os hábitos alimentares com o objetivo de enriquecer a merenda escolar, incentivar o consumo de hortaliças e conscientizar os alunos da necessidade de uma alimentação rica em nutrientes”.

Nesse sentido, Loureiro (2007) considera que ensinar conteúdos e conhecimentos biológicos voltados para a mudança de comportamento não compreende a necessidade social de mudar valores, atitudes e habilidades para além dos comportamentos. Assim, se considera que não basta conhecer para ter consciência sobre algo, é necessário conhecer inserido no mundo e na realidade do indivíduo para superar as condições vigentes, e problematizar a condição de que “nem sempre é possível fazer aquilo que queremos fazer, tendo ou não consciência das implicações”.

Ou seja, não basta saber o que é certo ou errado em relação ao meio ambiente, sensibilizar no sentido de compreender racionalmente, compreender a importância da natureza para garantir sua preservação pela sociedade (CUNHA et al, 2015), nem mesmo informar sobre os benefícios nutricionais dos alimentos garantirá uma alimentação saudável e adequada.

Apesar dos avanços nos discursos no campo da EAN e no âmbito das políticas nacionais, há poucos reflexos nas práticas locais, estaduais e municipais. Há uma distância entre os discursos e as práticas, cujas ações ainda são pouco voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e predomina a transmissão de informações (SANTOS, 2012). Por meio da análise dos relatórios, verifica-se esse distanciamento entre as ações realizadas e as premissas legais de EA e EAN. Prevaleceu a transmissão de informações e conhecimentos a partir da abordagem da alimentação reduzida à dimensão biológica, voltada aos aspectos nutricionais dos alimentos; e a concepção de meio ambiente reduzida ao meio natural, da natureza como fenômeno estritamente biológico.

Esses aspectos contradizem as perspectivas necessárias para educar no campo da alimentação e os princípios para ações de EA e EAN, principalmente no que se refere a abordagem da alimentação em sua complexidade. A partir dos relatos pressupõe que a horta é utilizada como instrumento para abordar aspectos biológicos, referentes ao meio ambiente, enquanto os alimentos plantados e colhidos são utilizados para informar sobre a alimentação na sua dimensão biológica, nutricional.

CONCLUSÃO

Este estudo buscou analisar o PHE enquanto experiência educativa no campo da alimentação a partir da análise dos relatórios de atividades de unidades escolares que implementaram o projeto no município de Limeira, SP. Observou-se abordagem reducionista e fragmentada de alimentação, a qual não compreende a complexidade e multidimensionalidade inerente. As atividades relatadas abordam a alimentação e o meio ambiente enquanto dimensão biológica, a partir de ações de transmissão de informações de cunho nutricional, sem propor a compreensão dos aspectos ambientais, culturais e sociais. As atividades na horta, direcionadas para a produção de alimentos, não evidenciaram seu enfoque enquanto recurso educacional para abordar as diversas dimensões que permeiam a alimentação e o sistema alimentar.

Tratando-se de um programa educacional relacionado a uma temática complexa, cuja proposta é a implantação de hortas educativas nas unidades escolares públicas como instrumento de EA e EAN, a implementação do PHE contradiz as perspectivas necessárias para abordar a alimentação e os princípios para ações construídos nos dois campos. De todo modo, apesar das fragilidades apontadas, reconhece-se a importância do programa enquanto política pública no âmbito da alimentação. Portanto, sugerem-se ajustes para superar a fragmentação e a desarticulação das dimensões do PHE para que possa contribuir efetivamente para a solução dos problemas identificados pela própria política pública

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEZERRA, J. A. B. Educação alimentar e nutricional: articulação de saberes. Fortaleza: Edições UFC, 2018. 120p. Disponível em: < <https://www.fnnde.gov.br>>. Acesso em 05 de maio de 2021.
- BOOG, M. C. F. Histórico da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil. In: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. (Org.). Mudanças Alimentares e Educação Alimentar e Nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017a. p. (56-62).
- BOOG, M. C. F. Educação Alimentar e Nutricional | Para Além de uma Disciplina. In: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. (Org.). Mudanças Alimentares e Educação Alimentar e Nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017b. p. (63-70).

Programa Horta Educativa: reflexões sobre a experiência de implementação em Limeira, SP

BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em 05 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao_Alimentar_Nutricional/1_marcoEAN.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção Básica. Guia Alimentar para a População Brasileira – 2. ed. – Brasília: ministério da saúde, 2014. 156 p.: il. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2021.

CARVALHO, I.C.M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTRO I.R.R. et al. A Questão Alimentar nas Políticas Públicas: Cenário Atual, Desafios e Perspectivas. In: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. (Org.). Mudanças Alimentares e Educação Alimentar e Nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. p. (99-111).

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. A questão ambiental: diferentes abordagens. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

DEUBEL, A.N.R. Políticas públicas. Formulación, implementación y evaluación. Colombia: Aurora, 2006.

DIEZ-GARCIA, R. W. Mudanças Alimentares e a Educação Alimentar e Nutricional. In: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. (Org.). Mudanças Alimentares e Educação Alimentar e Nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. p. (3-16).

COELHO, D.E.P.; BÓGUS, C.M. Vivências de plantar e comer: a horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores. Saúde Sociedade, São Paulo, v.25, n.3, p.761-771, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902016000300761&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 05 de maio de 2021.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 45ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GENTIL, P. C.; BANDEIRA, L. M.; COUTINHO, J. G. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas | Conceito, Princípios e Agenda Pública. In: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. (Org.). Mudanças Alimentares e Educação Alimentar e Nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. p. (73-78).

IARED V.G. et al. Hortas escolares: desafios e potencialidades de uma atividade de educação ambiental. Revista Educação Ambiental em Ação, Novo Hamburgo, RS, v.X, n.36, p. 1-6, Junho/Agosto, 2011. Disponível em: <<https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1014>>. Acesso em 05 de maio de 2021.

LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. IN: Mello, S.S.; Trajber, R. (orgs.) Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental. MEC/CGEA, MMA/DEA: UNESCO, 2007. p. 65-71. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>>. Acesso em 05 de maio de 2021.

NOVICKI, V.; SOUZA, D. B. Políticas públicas de educação ambiental e a atuação dos Conselhos de Meio Ambiente no Brasil: perspectivas e desafios. Ensaio: avaliação de políticas públicas. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 711-

736, out./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n69/v18n69a04.pdf>>. Acesso em 05 de maio de 2021.

SANTOS, L.A.S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(2): 453-462, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n2/a18v17n2.pdf>>. Acesso em 05 de maio de 2021.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto Nº 57.910, de 27 de março de 2012. Institui, sob a coordenação do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo FUSSESP, o Programa "Horta Educativa" e dá providências correlatas. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*. São Paulo, SP, v.122, n.59, p.1, março, 2012. Seção 1. pt.1. São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-57910-27.03.2012.html>>. Acesso em 05 de maio de 2021.

SÃO PAULO. Manual de Convênios. Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo. São Paulo, 2013.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).